

Policiais da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária prendem dois suspeitos de repassar medicamento proibido à Secretaria de Saúde

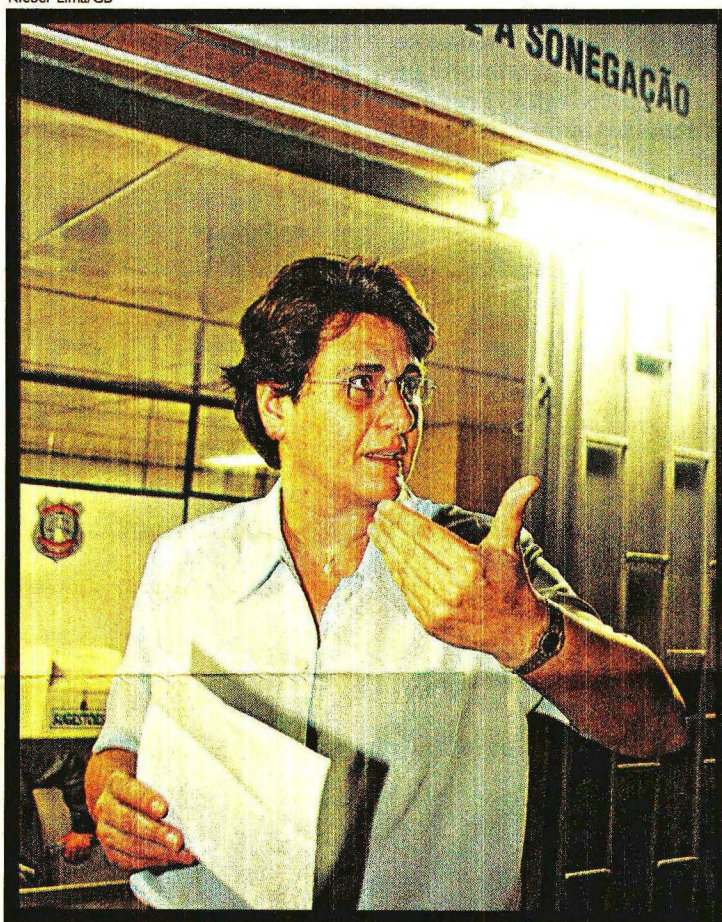
Remédio é vendido sem autorização

DA REDAÇÃO

Uma operação organizada pela CPI da Saúde da Câmara Legislativa resultou na prisão de dois representantes de empresa suspeita de vender medicamentos importados irregulares. André Luis Evangelista e Carlos Eduardo de Freitas Guimarães foram detidos antes de entregar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal 36 cápsulas de Avastin. Utilizado no tratamento de câncer, o remédio foi comprado por exigência de um mandato judicial e custou R\$ 119.167,20.

O Avastin é importado e não tem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para ser comercializado no Brasil. Segundo a deputada Eliana Pedrosa (PFL), presidente da CPI, há indícios de que a nota fiscal apresentada pela ASAP Comércio e Distribuição de Produtos Hospitalares seja fria. Além disso, a empresa não tinha a guia de importação do medicamento e de recolhimento dos impostos. A gerente do setor de Medicamentos de Alto Custo da Secretaria de Saúde do DF, Juliana Mota de Oliveira, afirmou que a compra do remédio foi autorizada pela Assessoria Técnica Legislativa da secretaria. "Para

Kleber Lima/CB



DEPUTADA ELIANA PEDROSA: REMÉDIO SEM LICENÇA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

nós, a empresa estava regular."

Segundo a parlamentar, o mesmo advogado que representava a ASAP, Carlos Eduardo de

Freitas, também mantinha ligações com outra empresa, a Fox Meier, envolvida no mesmo esquema. "Parece que estamos

perto de descobrir uma quadrilha de medicamentos de alto custo", afirmou a deputada. "Essa empresa (a ASAP) foi aberta em junho deste ano e, no mesmo mês, já estava vendendo para a Secretaria de Saúde. Essas empresas eram criadas e fechadas em poucos meses", explicou.

Os dois representantes da empresa foram encaminhados para a Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária (DOT). André Luis Evangelista foi ouvido e liberado em seguida. Carlos Eduardo de Freitas Guimarães, até o começo da noite, prestava depoimento e deve permanecer detido. O advogado pode ser ouvido hoje na CPI da Saúde, que vai tomar também os depoimentos do cirurgião-dentista do Hospital Regional de Taguatinga (HRT), Frederico Felipe, do chefe da Unidade de Odontologia do HRT, Elce Góes Lima, e do chefe do Núcleo de Transporte do HRT, João Batista Moreira Albuquerque.

Os membros da CPI pediram ontem a prorrogação do prazo de funcionamento da comissão para mais 90 dias. A intenção, segundo Eliana Pedrosa, é evitar que a investigação termine sem que se conclua o relatório final. O pedido ainda tem que ser votado pelo plenário da Câmara.